

EMPURRAMOS O ESCOLA SEM PARTIDO PELA PORTA E ELE VOLTA PELA JANELA: A LEI N 18.637 DE SC E A VIOLÊNCIA *DA/NA/CONTRA* ESCOLA

Andréia da Silva Daltoé¹

Eu queria começar minha apresentação com o verbo *esperançar* de Paulo Freire, mas não posso. Hoje recupero dele a passagem: “A educação não *vira* política. [...] Ela é política” (Freire, 2019, p. 108, grifo do autor). E, para a presente discussão, vou a Pêcheux ([1975] 1988) quando o autor trata do lugar da política na pedagogia, a partir da apropriação subjetiva dos conhecimentos.

Althusser (2008, p. 165), ao tomar a Escola como Aparelho Ideológico do Estado, vai dizer que ela desempenha “papel dominante, embora ninguém ou quase ninguém preste atenção à sua música, tão silenciosa ela é”. Pois digo: não há nada de silencioso acontecendo na escola atualmente.

Em trabalhos anteriores, já mostrei como passo das minhas pesquisas sobre Ditadura ao tema Escola Sem Partido (ESP), sem que isso representasse um corte temático, mas antes um *continuum*, um enroscamento, em que não se sabe exatamente quando acaba uma e começa a outra.

Em 2017, desmoralizamos o ESP em Tubarão/SC. No restante do Brasil, também foi sendo dado como inconstitucional. Mas derrotamos e não derrotamos. O ESP, grande representante desta leva de projetos, fez seu estrago: conseguiu engrossar o discurso de desmoralização da escola pública e instaurar o medo entre os professores. Um medo muito concreto, pois já estamos vivendo a criminalização e perseguição de professores. Trago o caso da Orientadora Educacional Juliana Andozio, Escola Muquém, Florianópolis/SC, e Conselheira do Sinte, afastada depois da revolta dos pais por ter passado de sala em sala falando do Disque.

Althusser (2008, p. 111) já falava das Associações de Pais de Alunos como “peça terrível”, diz ele, do Aparelho Ideológico de Estado: “‘muito inquietas’ com a ‘desordem’ que reina nas Escolas”, mas muito discretas em relação ao que se passa nas Famílias: “tudo se passa como se alguns pais de Alunos exigissem que o Estado resolva as dificuldades que vivem em suas próprias Famílias com os próprios filhos... repondo a ‘ordem’ na Escola” (p. 111).

Entrei no ESP primeiro como militante, depois como pesquisadora e certamente caí na ingenuidade de achar que projetos desta natureza eram falta de ter o que fazer destes políticos, que encontraram na pauta moralista seus minutos de fama. Com o tempo, vemos que o deletério de tudo isso não se mostra na

¹ Doutora em Letras (UFRGS) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL, UNISUL, SC.

ignorância sobre uma concepção de educação destes políticos, mas num projeto claro de escola, “submetida à lógica econômica da competitividade, aplicada diretamente ao sistema de controle social, a fim de aumentar o nível de produtividade da população ativa” (Laval, 2019, p. 24).

Laval vai chamar isso de uma mutação da escola, que:

[...] não é fruto de uma espécie de complô, mas de uma construção muito eficaz, na medida em que não é possível identificar facilmente uma ou várias instâncias responsáveis por ela, o processo é difuso, tem múltiplas plataformas nacionais e internacionais, cuja ligação não é clara à primeira vista, utiliza em geral vias técnicas e se apresenta com frequência com as melhores intenções ‘éticas’ (Laval, 2019, p. 19).

Em nome da “inocência das criancinhas”, como costumam dizer, estes políticos estão aprimorando experimentos de controle social por meio da escola e não deixam de denunciar um certo dilema: ao mesmo tempo em que destroem a escola por dentro, precisam dela para atender aos interesses do mercado: seja para produzir mão de obra barata; seja para migrar o investimento da educação para a iniciativa privada. (paradoxo do próprio neoliberalismo: enquanto luta para se manter, se destrói). Transformam, conforme Laval (2019, p. 85), o “sistema educacional em um apêndice da máquina econômica”, e, daí palavras de Pêcheux (1988), resguardando-se das intenções e estratégias escondidas, para não vermos a política aí funcionando.

Não sei, então, se adianta muito desfazer um ESP aqui, uma mamadeira de piroca ali... Eles estão conseguindo vitórias. Conforme entitulo esta apresentação, empurramos o ESP pela porta e ele volta pela janela, como é o caso da Lei nº 18.637 (08/02/2023) já sancionada pelo governador SC, que institui a “Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente”. Seu texto, que é praticamente uma cópia do ESP, diz respeito apenas à violência institucional que o professor pratica em sala de aula. Detalhe: depois que comecei a escrever este trabalho, já soube de outros 2 projetos da mesma natureza em trâmite em SC: o de maio de 2023, proíbe “a prática de doutrinação política e ideológica dentro ou fora da sala de aula”.

Que desespero pensar, trazendo palavras de Laval (2019, p. 21), que a escola “é um remédio que alimenta o mal que deveria curar” e, então, como não cair num alarmismo catastrófico de imobilismo ou cair em reformismos que só a empurram para atender aos interesses do mercado?

É nesse cenário que tenho pensado as violências que se organizam em torno das contradições da escola enquanto Aparelho Ideológico a partir destes três sintagmas: violência *NA* escola, violência *CONTRA* a escola; e violência *DA* escola.

O que falei do ESP e seus homônimos já adiantaram o que estou chamando de violência *CONTRA* a escola, que tem ganhado o caráter de experimento(s): alvitam armar o professor; no Paraná, há um projeto de lei para elevar os muros em 3 metros e discutem se haverá ou não cercas elétricas; em SC, já se congita que as escolas estaduais tenham gestão privada; ano passado, começou a ser testado no Paraná o *Educatron*, um aparelho com vários outros acoplados, que serviria inicialmente como identificador de rostos

para substituir a chamada, mas está sendo testado agora como reconhecimento de expressões faciais para medir comportamentos, gerando gráficos de atenção e dispersão; Temos o Grupo Mães do Agro, que lutam por uma visão “mais positiva” do agronegócio nos livros didáticos; em SC, agora vai ser proibida a leitura do livro de Anne Frank.

Com toda esta violência *CONTRA* a escola, não tardaria para estarmos vivendo hoje o aumento dos casos de violência *NA* escola, cujo sintagma *NA* não encerra a identificação de um lugar como seria outro qualquer. A escola é imprescindível ao sistema neoliberal como forma de garantir “aprendizagens servis às empresas e voltadas para a satisfação do interesse privado” (Laval, 2019, p. 25). Também Pêcheux (1988), vai dizer que a escola “é um dos instrumentos que a burguesia utiliza politicamente contra a política do proletariado”, embora “essa penetração não tem origem na Escola (1988, p. 224). E isso nos leva a pensar no enrosco entre a violência *CONTRA* a escola e a violência *NA* escola: em SC, por exemplo, o pânico, principalmente depois da tragédia na creche de Blumenau, tem sido “resolvido” com muros altos, polícia armada na porta das escolas e projeto para colocar câmeras nas salas de aula.

Passo agora à violência *DA* escola (e o que disser a respeito vai voltar à violência *CONTRA* e *NA*) querendo pensar no que toca a nós educadores em nossa prática pedagógica. Embora não cansamos de defender todas as lutas e resistência de todos nós, é preciso enfrentar o quanto, trazendo Althusser (1985, p. 81), nem sempre suspeitamos do trabalho que o sistema nos obriga a fazer e/ou questionamos tão pouco a escola, que ela se torna como algo tão ‘natural’ e ‘benfazejo’, como a Igreja era há séculos atrás.

Num sentido mais empírico, poderíamos falar da violência *DA* escola, pelo modo como ainda temos dificuldade em enfrentar certos temas; a dificuldade que temos com a escuta, ocupando todo o espaço da aula com “nosso conhecimento”; ou a normalidade com o fato de que muitos alunos ficam mesmo para trás porque não conseguem aprender.

E é neste ponto que entramos na contribuição de Pêcheux, perguntando: o aluno vai à escola para aprender? aprender o quê? aprender para quê/para quem? É possível aprender?

Em *Semântica e Discurso* ([1975] 1988), Pêcheux discute a relação entre a prática pedagógica e a prática política, colocando em questão o modo como o sujeito toma posição diante do sujeito da ciência, o sujeito universal – relação esta para a qual Pêcheux retoma as modalidades de subjetivação de identificação, contraidentificação e desidentificação do sujeito (1ª, 2ª e 3ª modalidades).

Embora o autor esteja discutindo aí a prática política do proletariado numa perspectiva marxista-leninista em direção à revolução, e parece que nós apenas estejamos tirando água do barco de canequinha, debruço-me sobre seu texto para pensar a prática pedagógica no interior da relação do sujeito da enunciação com sujeito da Ciência.

O primeiro modo desta relação seria o que Pêcheux traz do sujeito que se identifica plenamente à prática pedagógica burguesa, sem questionar os saberes que organizam sua Formação Discursiva (FD). Na

segunda modalidade, o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio da dúvida, questionamento, revolta, etc., ou seja, se contra-identifica.

Como sabemos, não se trata de pensar tais modalidades como uma decisão deliberada; nem estamos aqui sugerindo que cabe ao professor praticar esta segunda modalidade como se pratica uma metodologia de ensino. Se assim fosse, cairíamos na armadilha de nos reconhecer justamente como doutrinadores, tal como somos acusados pelos defensores do ESP. A questão é: ensinar passa por onde? Ou ainda: é possível ensinar o que a quem?

Para Pêcheux, enquanto o parâmetro for o sujeito Universal tal como sempre-já existe, não há aprendizagem possível: “a apropriação dos conhecimentos jamais se realiza sob a forma de uma dedução a partir de princípios primeiros”, pois, como diz Pêcheux (1988, p. 219), “cada sujeito já começou desde sempre”. Ou seja, o funcionamento desta segunda modalidade de subjetivação ainda sofre a força dos saberes dominantes. Parece possível pensar isso na seguinte situação: quando um aluno reclama dos conteúdos em sala de aula, questiona, se revolta, o que acontece com este aluno na escola?

Parece que aí Pêcheux toca num dos impossíveis de Freud, o *educar*, quando diz que o sentido das coisas não vêm de uma capacidade de aprendizado, mas depende das FDs no interior das quais seus elementos ganham “um sentido”. A desigualdade na escola, desse modo, continua Pêcheux (1988, p. 223), “não é, em absoluto, uma fatalidade biopsicológica, nem mesmo um fenômeno sociológico: ela traduz, na verdade, o efeito da luta ideológica das classes sobre o terreno da apropriação social dos conhecimentos”.

Para Pêcheux (1988, p. 224), o aparelho escolar, no seu trabalho de *penetração-inculcação*, simula a “necessidade-pensada dos conhecimentos científicos sob a forma de evidências ideológicas [...]”, e, acrescentamos: se houver questionamentos de alunos, isso é traduzido como dificuldade de aprender ou de adaptação (e, então, adaptação a quê?). Ou seja, tanto a primeira quanto a segunda modalidades servem à escola no seu trabalho de separação objetiva do trabalho manual e do trabalho intelectual. Todavia, ressalta Pêcheux, que a contra-identificação (segunda modalidade) já seria matéria-prima do trabalho sobre a forma-sujeito na apropriação subjetiva da política do proletariado, mas não realiza, em si mesma, essa apropriação.

Para Pêcheux (1988, p. 226), só haveria uma apropriação subjetiva do conhecimento a partir de uma “prática política de tipo novo” (marxista-leninista), que comportaria um “discurso político de tipo novo”, e permitiria “traçar linhas de demarcação em relação aos efeitos discursivo-ideológicos da identificação e da contra-identificação, destruindo certas evidências: eis o papel da *desidentificação* como trabalho de “transformação-deslocamento” da Forma-sujeito, o que não a anula, segundo o autor (Pêcheux, 1988, p. 216). Para Pêcheux (1988, 217-218), a ideologia não desaparece; ela funciona “às avessas, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)”.

Em Pêcheux (1988, p. 215), esta desidentificação com aquilo que o ‘sujeito universal’ [...] ‘dá a pensar’”, que pode ocorrer ou não, permitiria a articulação do processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de indentificação com as organizações políticas “de tipo novo” (Pêcheux, 1988, p. 217): uma chance de revolução.

A nosso ver, isso volta na passagem fundamental do Anexo 3: ninguém pode pensar do lugar do outro, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (Pêcheux, [1978] 1988, p. 304). Qual é, então, nosso papel como professor em sala de aula? Parece que, contra a prática pedagógica burguesa, que só espera a inculcação dos conhecimentos, a reprodução simplesmente (nem que, para isso, precise destruir a escola, depois a universidade)..., só nos resta a subversão como prática pedagógica – lembrando, com Pêcheux ([1979] 2011, p. 92): “A arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez [faz]certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente”.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 62. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 73-92.